

---

**Processo n.º 1061675-16-2022.8.26.0053**

**Manifestação do Ministério Público**

MM. Juíza:

Trata-se de pedido de tutela cautelar em caráter antecedente interposto por ERIKA SANTOS SILVA, vereadora em exercício do Município de São Paulo, em face da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, a fim de se garantir transporte público gratuito, no Município de São Paulo, no dia 30 de outubro de 2022, segundo turno das eleições.

Alega a requerente que no dia 30 de outubro de 2022 ocorrerá o segundo turno das eleições brasileiras, que definirão os novos ocupantes das cadeiras de Presidente da República e governadores estaduais. Aduz que no primeiro turno, cerca de 64 cidades brasileiras, sendo 16 capitais, ofereceram “Passe Livre” no dia da votação, conforme documentos de fls. 22/27 e 28/29.

Apontou que, apesar de tratativas com o Município de São Paulo, houve recusa de fornecimento da gratuidade.

No tópico “**probabilidade do direito**” aduz três pontos: a) a grande abstenção no primeiro turno e o preço das passagens; b) o impacto financeiro reduzido; a c) a ADPF 1013.

A autora inicia a argumentação apontando que no primeiro turno das eleições de 2022, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, a abstenção teria alcançado quase 2 milhões de eleitores, o que totalizaria 21,27% do eleitorado apto e que deixou de participar do processo eleitoral na cidade de São Paulo.

Pondera ainda que os maiores índices de abstenção seriam entre pessoas inseridas em grupos de menor escolaridade – e alegadamente de menor renda – que não teriam condições de arcar com as despesas do transporte sem o prejuízo do sustento da própria família. Segundo a autora, esse fato justificaria a necessidade da medida, de modo a se garantir o direito à cidadania de milhares de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica. Para sustentar essas alegações, juntou os documentos de fls. 39/42, 43/81 e 82/305.

No que concerne o impacto financeiro, aponta que ele seria mínimo (0,3% do subsídio repassado pela Municipalidade), conforme cotejamento dos dados trazidos nos documentos de fls. 308/311, 312/316 e 317/320.

Por fim, indica a autorização concedida pelo Ministro Relator Luís Roberto Barroso, na Ação de Descumprimento Fundamental n.º 1.013 (ADPF 1.013), no sentido de se permitir que as administrações públicas municipais, bem como as empresas de ônibus, trem e metrô, disponibilizem transporte público urbano coletivo de passageiros gratuitamente no dia 30 de outubro de 2022.

Já no tópico “**perigo de dano**” relembra que o pleito se dará em menos de 10 dias, sendo indispensável um provimento jurisdicional para garantir o direito de pessoas vulneráveis que poderiam votar - e podem não o fazer - em razão de circunstâncias econômicas.

Ainda, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, através do Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NECDH), do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor (NUDECON) e do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo (NEHABURB) requereu seu ingresso no feito na condição de “*custus vulnerabilis*”, complementando a argumentação e o pedido trazidos na exordial.

É o relatório do necessário.

Inicialmente, não há o que se opor ao ingresso da Defensoria Pública no feito, ante manifesto interesse, tendo em vista que a demanda versa sobre pessoas em situação de vulnerabilidade.

O decidido nos embargos de declaração no REsp 1.712.163-SP, de relatoria do Min. Moura Ribeiro, julgado em 25 de novembro de 2019, é bastante claro a respeito, conforme apontado as fls. 339/341 (manifestação da Defensoria Pública).

No mais, a tutela cautelar em caráter antecedente comporta **DEFERIMENTO**.

O Código de Processo Civil, em seu artigo 300, prevê que *“a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”*.

Todos esses elementos se encontram presentes, conforme argumentado pela autora e pela Defensoria Pública.

O **perigo de dano** ou **risco ao resultado útil do processo** é manifesto. Qualquer decisão prolatada posteriormente ao dia 30 de outubro de 2022 tornaria o presente processo inútil na tutela de direitos. Não se pode esperar, portanto, o trâmite ordinário do processo.

A **probabilidade do direito** também se mostra bastante clara.

Houve abstenção significativa (aproximadamente 20% do eleitorado); os impactos financeiros são diminutos; e existe autorização do Tribunal Superior Eleitoral para a implementação das medidas.

Os índices de abstenção no primeiro turno das eleições no Município de São Paulo não podem ser desconsiderados. Conforme os dados trazidos na

inicial, aproximadamente 2 milhões de pessoas deixaram de votar no município de São Paulo.

Para se ter ideia do tamanho da abstenção, observa-se, segundo os dados do TSE, que esse número seria equivalente a todos os eleitores de algumas das maiores metrópoles nacionais, como Salvador e Belo Horizonte<sup>1</sup>.

Trata-se de um contingente extremamente elevado de pessoas que, por diversos motivos, inclusive o econômico, deixaram de exercer seus direitos de participação política. O Estado não pode, portanto, deixar de tomar medidas para garantir a efetividade desses direitos.

Como muito bem apontado pela Defensoria Pública, citando o Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais das Nações Unidas, *“a mera realização de eleições não é suficiente para assegurar que pessoas em situação de pobreza gozem do seu direito de participar nas decisões chave que afetam as suas vidas, de modo que é essencial adotar medidas positivas para viabilizar o efetivo exercício do direito ao voto”*.

É o que se discute aqui: são necessárias ações positivas por parte do Poder Público para se garantir a participação popular nas decisões políticas que influenciarão a vida de milhões de pessoas, inclusive daquelas que não tiveram a oportunidade de votar em razão de questões econômicas.

E o que se tutela aqui é o direito à cidadania e à participação política através do voto, que está na Constituição Federal como cláusula pétrea (art. 60, §4º, II) e é, inclusive, obrigatório para pessoas maiores de 18 anos (art. 14, §1º, I).

E o voto precisa ter igual valor, invariavelmente, como corolário do direito à igualdade.

---

<sup>1</sup> Segundo o TSE, Salvador conta hoje com 1.983.198 eleitores e Belo Horizonte com 2.006.854

Os dados trazidos pela autora e pela Defensoria Pública fazem a correlação certa e necessária entre ausência de instrução/renda e abstenção eleitoral. Existe, portanto, clara necessidade de uma prestação do Poder Público para se garantir a igualdade material no caso concreto. Em havendo a correlação entre a falta de condições econômicas e abstenção, a concessão da gratuidade se mostra medida lógica e adequada para a efetivação do direito de participação no processo eleitoral.

A possibilidade financeira de concessão do benefício e a autorização concedida na ADPF n.º 1013 também trazem segurança no aspecto da probabilidade de direito.

**Há, portanto, claros indícios de que a não concessão da gratuidade do transporte público no segundo turno da eleição tem potencial de alijar pessoas pobres do direito fundamental ao voto de igual valor; não existe nenhum impedimento de ordem jurídica à concessão do benefício, conforme ADPF 1013; e o Município de São Paulo, ao que tudo indica, tem condições financeiras de conceder a gratuidade em apenas um dia.**

Assim, o Ministério Público de São Paulo manifesta-se a favor da concessão da tutela cautelar antecipada para: *determinar que a Prefeitura Municipal de São Paulo, com fundamento nos artigos 305 e seguintes do Código de Processo Civil e do artigo 14 da Constituição da República Federativa do Brasil, adote as medidas necessárias para garantir a gratuidade do transporte público urbano coletivo de passageiros do município de São Paulo, no dia 30 de outubro de 2022, data em que ocorrerá o segundo turno das Eleições de 2022.*

O Ministério Público também se manifesta favoravelmente ao pedido da Defensoria Pública no sentido de que: *uma vez concedida a tutela cautelar, que seja determinado que o Município divulgue adequadamente e com a devida antecedência a gratuidade dos transportes através da mídia impressa, rádio, redes*

---

*sociais e com cartazes nos equipamentos públicos municipais que atendem o público vulnerável.*

Ademais, caso V. Excelência entenda que a autora não tenha legitimidade para a ação principal prevista no art. 303, §1º, I, do Código de Processo Civil, o Ministério Público, através da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, área da inclusão social, passa figurar no polo ativo (inclusive deste pedido), com aditamento da inicial, de acordo com interpretação extensiva do art. 5º, §3º da Lei 7.347/85.

É o parecer.

São Paulo, 21 de outubro de 2022

**Anna Trotta Yaryd**

1ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos

**Lucas Martins Bergamini**

Analista Jurídico do Ministério Público